Membros Titulares da Comissão: Ademar Luiz Traiano (Presidente), Cobra Repórter (Vice-presidente), Márcio Pacheco, Luiz Claudio Romanelli, Hussein Bakri, Ricardo Arruda, Tito Barrichelo, Ana Júlia, Renato Freitas, Mabel Canto e a Deputada Suplente, Marli Paulino. O Senhor Presidente, Deputado Ademar Traiano, iniciou a 7ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça procedendo à deliberação da pauta. **Item 01 - Projeto De Lei Complementar 8/2025. Aatoria do Poder Executivo.** Altera a [Lei Complementar nº 259, de 21 de julho de 2023](#), que dispõe sobre a Estruturação das Carreiras da Polícia Civil do Estado do Paraná, e a [Lei nº 21.894, de 3 de abril de 2024](#), que Institui o Código Disciplinar da Polícia Civil do Estado do Paraná. A Relatora, Deputada Mabel Canto apresentou Parecer Favorável. **Aprovado por unanimidade. Item 02 – Uma Emenda de Plenário ao Projeto de Lei 433/2025 - Regime de Urgência. Aatoria do Projeto: Poder Executivo. Aatoria da Emenda: Deputado Arilson Chiorato.** Mensagem nº 51/2025 - Cria, no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde, 95 (Noventa e Cinco) Funções Comissionadas Executivas. A Relatora, Deputada Mabel Canto apresentou Parecer Favorável. **Aprovado por unanimidade. Item 03 – Projeto de Lei Complementar 5/2025. Aatoria do Poder Executivo.** Mensagem nº 31/2025 - Altera a Lei Complementar nº 245, de 30 de março de 2022, que institui o Quadro Próprio da Polícia Penal do Estado do Paraná. O Relator, Deputado Hussein Bakri apresentou Parecer Favorável ao Substitutivo Geral. **Aprovado por unanimidade. Item 04 - Projeto de Lei 495/2025. Aatoria do Poder Executivo.** Mensagem nº 55/2025 - Autoriza o Poder Executivo a Efetuar a Doação ao Município de Matinhos, das Ações de Titularidade do Estado do Paraná na Sociedade Centro de Convenções de Caiobá S.A., Centro de Animação Turística e Cultural de Caiobá S.A. O Relator, Deputado Hussein Bakri apresentou Parecer Favorável. **Aprovado por Unanimidade. Item 05 – Subemenda de Plenário ao Projeto de Lei 823/2017. Aatoria do Projeto e da Subemenda: Deputados Professor Lemos e Hussein Bakri.** Dispõe sobre a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica. Relator, Deputado Luiz Claudio Romanelli. **Adiado pelo Relator. Item 06 – Projeto de Resolução 6/2025. Aatoria da Comissão Executiva.** Institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e Altera o Anexo Único da [Resolução nº 11, de 21 de agosto de 2016](#). O Relator, Deputado Cobra Repórter apresentou Parecer Favorável. **Aprovado por maioria. – Votos Contrários dos Deputados Renato Freitas e Ana Júlia.** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a Reunião. Assim se lavrou a Ata, que segue assinada pelo Presidente da Comissão Deputado Ademar Luiz Traiano, por Rodrigo Erasmo de Mello que Secretariou e por mim, Alfredo Oscar Wunderlich que lavrei a presente Ata. (Reunião encerrada às 17h01m).

Deputado Ademar Luiz Traiano
Presidente da Comissão

Rodrigo Erasmo de Mello
Secretário da Comissão

Alfredo Oscar Wunderlich
Assessor

113266/2025

Publicações Administrativas

Atos Regulamentares Comissão Executiva

ATO NORMATIVO REGULAMENTADOR Nº 4/2025

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e com base nas informações contidas no protocolo SEI nº 17788-08.2025,

R E S O L V E:

Art. 1º Restituir ao caixa único do Tesouro Estadual, nos termos do § 2º do art. 168 da Constituição Federal de 1988, o valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), correspondente ao saldo financeiro decorrente de economia obtida pela Assembleia Legislativa do Paraná na gestão dos recursos públicos, provenientes do orçamento do exercício corrente.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 22 de agosto de 2025.

ALEXANDRE MARANHÃO CURTI
Presidente

ALDINO JORGE BUENO
1º Secretário

MARIA VICTORIA BORGHETTI BARROS
2ª Secretária

113494/2025

Atos Regulamentares Diretoria Geral

Portaria nº 27/2025 DG – 20ª Legislatura

O Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhes conferem os artigos 8º e 15 do Decreto Legislativo nº 52, de 27 de março de 1984, com base no artigo 30 da Lei Estadual nº 18.135, de 3 de julho de 2014, e no artigo 20 do Ato da Comissão Executiva nº 51, de 27 de janeiro de 2015,

Considerando o disposto no artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal, que consagra a dignidade da pessoa humana como fundamento da República;

Considerando o disposto no artigo 3º, inciso IV, da Constituição Federal, segundo o qual constitui objetivo fundamental da República a promoção do bem de todos, sem preconceitos ou quaisquer formas de discriminação;

Considerando o disposto no artigo 227, § 2º, da Constituição Federal, segundo o qual a lei deverá dispor sobre normas de construção dos logradouros, dos edifícios de uso público e da fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado à pessoas com deficiência;

Considerando a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, Estatuto da Pessoa com Deficiência, destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais pelas pessoas com deficiência, visando à sua inclusão social e ao pleno exercício da cidadania;

Considerando a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida;

Considerando o Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dispõe sobre a prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida; e,

Considerando que o Brasil é signatário da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, incorporada com status de norma constitucional pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, a qual prevê em seu artigo 9º, que os Estados-Partes devem assegurar às pessoas com deficiência acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação, à comunicação, às tecnologias da informação e da comunicação, bem como as outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público;

RESOLVE:

Art. 1º Criar a COMISSÃO DE ACESSIBILIDADE, que tem por objetivo o levantamento e a proposição de medidas destinadas à eliminação de barreiras atitudinais, comunicacionais, arquitetônicas e tecnológicas no âmbito do Poder Legislativo, assegurando o pleno acesso de parlamentares, servidores e cidadãos com deficiência ou mobilidade reduzida.

Art. 2º Para o cumprimento do disposto no artigo anterior, a Comissão será composta pelos membros abaixo relacionados, sob a presidência do primeiro:

NOME	MATRÍCULA	SETOR
Priscila Agostini Aguiar Mânica	3023633	Diretoria-Geral
Júlia Piza de Mello Campos	3024493	Diretoria de Tecnologia da Informação
Juliana Martins Zapparoli Bonetto	3025061	Escola do Legislativo
Nayana Cristina Urnau	3026195	Diretoria Legislativa
Guilherme Luis Hack Lamy	1041299	Diretoria de Apoio Técnico
Marcus Vinicius Schoenberger	1041283	Diretoria Administrativa
Daniel Retamoso Palma	3025815	Diretoria de Comunicação

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Wellington Dalmaz
Diretor-Geral

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

113486/2025